

Bilinguismo Funcional: Assunção Descomplexada

Manuel Veiga

Resumo. Em Cabo Verde, a situação linguística que se vive é a de diglossia, devido ao estatuto diferenciado existente entre a língua portuguesa (Lp) e a língua caboverdiana (Lcv), a qual é reconhecida também por crioulo caboverdiano. Com efeito, a Lp é língua oficial, língua do ensino, da administração, dos média, do distanciamento social e das produções literárias. A Lcv, por sua vez, é língua da oralidade ambiental, do quotidiano informal, das relações de amizade, da música e com muito pouca expressão literária. O bilinguismo funcional que se pretende em Cabo Verde passa pela assunção do estatuto oficial, do uso formal e informal das duas línguas, em ambiente de inteira liberdade de opção, em paridade de circunstâncias e igualdade de oportunidades. O presente trabalho explicita a situação linguística que neste momento vigora em Cabo Verde e aponta a visão do futuro que, no campo linguístico, melhor se adequa ao País.

1. Contexto Linguístico

A formação da cultura caboverdiana processou-se num laboratório onde a presença da língua caboverdiana (Lcv) e da língua portuguesa (Lp) foi decisiva.

A identidade de que hoje nos orgulhamos resulta, pois, do confronto, dos reencontros e do labor secular destes dois importantes instrumentos de comunicação: a Lcv que emergiu do génio criador do nosso povo e a Lp que, numa determinada fase, começou por ser imposta e que agora está sendo assumida como um espaço complementar na formação e actualização do nosso ser e estar no mundo.

No longínquo século XV vieram para Cabo Verde os vários dialectos do português, sobretudo do Norte, do Sul e das ilhas adjacentes. Vieram também os vários falares da costa ocidental da África. Desde logo, verificou-se o peso numérico do contingente negro, sendo duas as circunstâncias que impediram a imposição das suas línguas. Primeiro, porque, apesar dos negros serem em grande número, muitas vezes a sua presença na ilha de Santiago, berço primeiro da Lcv, era transitória, durando, quase sempre, o tempo necessário para a ladinização, no termo do qual seguiam a rota da escravatura, umas vezes para a Europa e outras vezes para as Américas. A segunda circunstância está ligada à juventude da maioria dos escravos e à multiplicidade étnico-linguística dos mesmos. Sendo jovens, possuíam uma estrutura linguística ainda pouco cimentada e, portanto, muito susceptível a transformações ou até ao esquecimento. Pertencendo a várias etnias, em que nenhuma era maioritária,¹ seria difícil a imposição de uma das línguas étnicas.

Quanto à língua do dominador, havia em seu desfavor a fraca representatividade (o número dos brancos era reduzidíssimo, segundo o historiador A. Carreira), o baixo nível cultural dos colonos, sendo a maioria analfabeta, e ainda a ausência ou a exiguidade de instrumentos e de políticas de imposição cultural como escolas, liceus, universidades, professores, material didáctico, etc.

A finalidade primeira da dominação, sendo mais económica do que cultural, favoreceu o surgimento de uma cultura mestiça em que a língua caboverdiana é um dos elementos mais eloquentes.

Os dialectos portugueses, pelo seu lado, sem a força nem os instrumentos de imposição, foram conquistando, pouco a pouco, a unidade e construindo a sua própria standardização, mas sem força para impor a exclusividade do seu código e da sua gramática.

É neste contexto de pluralidade étnica, de peso demográfico do negro, da diversidade dialéctica e incultura académica do dominador branco que a língua caboverdiana encontrou condições favoráveis para o seu nascimento. Nesse nascimento, porém, o recém-nascido teve, quase sempre, uma mãe africana e um pai europeu. Daí o espaço complementar que gerou a língua caboverdiana e que moldou e vem moldando a nossa cultura e a nossa identidade.

2. Estatuto da Lp

A língua portuguesa, em Cabo Verde, começou por ser, na época dos descobrimentos, um conjunto de falares dialectais que trazia o cunho das diversas regiões a que pertenciam os senhores e colonos portugueses.

Presumimos que, na altura, a expressão regional pouco contava como índice social de classe. O facto de, no século XVIII, segundo o relato de um escritor anónimo haver muitos portugueses que se acostumavam “ao estilo do falar da terra”² (entenda-se crioulo caboverdiano) esquecendo-se do português reinol, é uma prova inequívoca de que o peso dos falares portugueses da época contava, ao que parece, tanto quanto o das variantes do crioulo nascente.

Segundo algumas opiniões, é sobretudo a partir da criação do Seminário-Liceu de S. Nicolau, em 1886, que a língua portuguesa não só ficou mais unificada e mais consolidada, como também passou a ter um prestígio social mais relevante. Parece ser particularmente o magistério dessa altura que baptizou o português como língua de educação, de prestígio e de cultura e reconheceu o estatuto que então considerava o Crioulo como deturpação da língua de Camões, como algarviada sem regra nem gramática e que representava um perigo para a unidade do Império.³ Da segunda metade do século XIX até à presente data, o prestígio do português não deixou de aumentar e de se consolidar, particularmente no seio da elite: professores, escritores, comerciantes, empregados administrativos, profissionais liberais e mesmo alguns analfabetos endinheirados. A educação da época, o discurso colonial, a literatura luso-tropical, a comunicação social engajada com o sistema colonial foram os melhores instrumentos desse prestígio, em detrimento da então chamada língua de pretos, de cafres e de ignorantes.

Se até ao século XIX o português foi, em Cabo Verde, uma das línguas de comunicação, a partir dessa altura ele passou a ser, de forma exclusiva, língua de prestígio, de cultura e de civilização. Tal estatuto foi-se reforçando com a implementação da política de educação, nomeadamente com o aumento de escolas, criação de liceus e oferta de bolsas para a frequência de instituições académicas na então Metrópole. Os alunos foram estudando e o gráfico de prestígio do português sempre em notória ascendência.

Com a conquista da Independência Nacional, o prestígio do português deixa de ser uma questão apenas colonial para se transformar numa prática que tem também as bênçãos da própria Nação independente. Com efeito, o português que já era língua oficial de prestígio, durante o período de dominação, continuou com esse mesmo estatuto no pós-Independência. Muito célebre é a frase do histórico Amílcar Cabral que diz: “a melhor coisa que os tucas nos deixaram é a sua língua.” Interpretando, possivelmente, de forma distorcida esta asserção de Cabral, outros homens célebres dessas nossas ilhas declararam ou têm declarado que, possuindo eles uma língua de civilização,

como é o português, já não precisam, para a criação das suas obras, de uma língua como o Crioulo que não passa de um instrumento menor o qual não só limita como também restringe a comunicação, o mercado artístico, científico e cultural.

Hoje, não só a elite, mas também a grande massa do nosso povo reconhece a importância e o prestígio do português. Basta ver que os pais querem que os filhos estudem essa língua e muitos ainda desejam que os mesmos consigam uma bolsa para estudar em Portugal.

A razão de tudo isto é histórica, com certeza, mas também é conjuntural: o ensino, a administração, a comunicação social, a literatura têm particular expressão e representatividade na língua que Fernando Pessoa considerou a sua pátria e que outros cunharam como a pátria comum dos que em cinco continentes a utilizam.

Pode-se perguntar se o prestígio da língua portuguesa em Cabo Verde é um bem ou um mal. Claro que é um bem. Ninguém, minimamente informado, pode, honestamente, negar o valor comunicativo, cultural e civilizacional do português. Se algo está errado nesse processo de afirmação da língua portuguesa é a política de exclusão e de discriminação relativamente à língua caboverdiana. Como o português, também o caboverdiano é uma língua de civilização em Cabo Verde e com maior direito de cidadania, pela simples razão que é a nossa língua nacional, a língua da nossa vivência, a língua que melhor moldou e molda o que de mais profundo existe na nossa maneira de ser e de estar, a língua ainda que nasceu com o nascimento do nosso povo, “lágrima a lágrima, dor a dor, amor a amor,” diria Ovídio Martins, poeta da resistência cultural e da criouldade ambiental.

3. Estatuto da Língua Caboverdiana

Apesar da sua funcionalidade linguística e da sua utilidade (informal) abrangente, o estatuto social da língua caboverdiana teve um processo de afirmação irregular e problemático. Parece que até meados do século XIX os falantes da Lcv se preocupavam mais com a funcionalidade linguística da Lcv do que com o seu estatuto social. Talvez seja esta a razão por que os negros, os mestiços e muitos brancos tinham-na como instrumento privilegiado de comunicação. Somente alguns cultores e puristas do português tinham medo que a Lcv pudesse representar uma ameaça para a Lp. Daí a razão por que alguns de entre eles chegaram a escrever para o rei de Portugal manifestando-lhe as suas preocupações face à situação linguística reinante onde até os brancos se

tinham acostumado ao “estilo da terra,”⁴ esquecendo-se do português.

Porque será que até os brancos deram preferência à Lcv, a ponto de se esquecerem da sua própria língua? Só podemos encontrar a resposta na força social e comunicativa do tal falar existente, entenda-se língua caboverdiana.

Vê-se que a Lcv, pelo menos durante os primeiros tempos, tinha um estatuto linguístico de utilidade reconhecida pela maioria dos utentes. Porém, a partir da segunda metade do século XIX as coisas complicaram-se com o aumento de escolas oficiais, particularmente com a criação do Seminário-Liceu de S. Nicolau. Foi sobretudo a partir de então que o estatuto de “estilo da terra” começou a dar lugar a outros estatutos de carácter mais valorativo do que funcional. É assim que a Lcv é cada vez mais estigmatizada como deturpação da língua portuguesa, como algaraviada ridícula, sem regras nem gramática, como mixórdia de línguas africanas e do português antigo, como idioma o mais perverso e corrupto, como dialecto ridículo e atentado à unidade do Império.⁵

O estatuto de dialecto ridículo, sem regras nem gramática prevaleceu, junto de alguma elite letrada, até à Independência Nacional, ocorrida em 1975. A partir de então, com a onda do espírito nacionalista sempre crescente, a Lcv foi oficialmente declarada língua materna e nacional do povo de Cabo Verde.

Não obstante, no espírito de muitos intelectuais, cultores e puristas do português, a Lcv continua a não servir para a literatura e para as ciências. O estatuto que nela reconhecem é o de língua do amor e do coração cuja afirmação, segundo alguns ainda, afecta, negativamente, a língua portuguesa.

O estatuto da Lcv como língua de civilização foi defendida na segunda metade do século XIX por António de Paula Brito; na primeira metade do século XX por Eugénio Tavares e Pedro Cardoso; na segunda metade do século XX por alguns poetas, trovadores, compositores, músicos e investigadores.

É também no final do século XX que algumas vozes começaram a defender para a Lcv o estatuto de língua oficial, em paridade com o português. Tal reconhecimento não foi ainda alcançado. Porém, as perspectivas são encorajadoras. Com efeito, aumentou o número dos que defendem o estatuto civilizacional da Lcv; o Governo começou a tomar medidas que vão ao encontro da afirmação da Lcv, como a política do ensino (cf. Art. 3º da Resolução 8/98, BO nº 10, de 16 de Março), a aprovação experimental do alfabeto (decreto-lei nº67/98, BO nº48, de 31 de Dezembro), a criação de condições para a oficialização da Lcv constantes no Programa do Governo (BO nº12, de 30/4/96).

De igual modo, a investigação e alguns estudos universitários de nacionais e de estrangeiros têm aumentado nos últimos tempos. Refira-se, a título de exemplos, os trabalhos de Dulce Duarte, de Tomé Varela, de Donald Macedo, de Marlyse Baptista, de Isione Silva, de Deirdre Meintel, de Manuel Veiga e de estrangeiros como Dulce Pereira, Jürgen Lang e Nicolas Quint.

Do ponto de vista político, as declarações são cada vez mais favoráveis. O PAICV tem defendido, nos últimos tempos (revisão constitucional 1999), a oficialização da língua caboverdiana e o MpD a criação de condições que permitam essa mesma oficialização.

Não há dúvidas de que a «hora» da língua caboverdiana está chegando. Todos os indicadores sociais, culturais e políticos vão neste sentido. Porém, não esperemos só para ver, como dizia o Tomé da Bíblia. Ajam os todos para que assim seja. E isto passa por aquilo que damos o nome de:

4. Construção de um Bilinguismo Funcional

Em Cabo Verde, o português tem sido língua das situações especiais. Em linguística diríamos que ele é língua das situações formais de comunicação. Com efeito, apesar do seu prestígio, ele está ainda longe de ser a língua do nosso quotidiano ambiental. O seu uso restringe-se a uma minoria da nossa população—a elite cultural e económica—e, mesmo junto dessa camada social, a comunicação em português acontece somente a determinados níveis e em determinadas circunstâncias. É assim que, a nível do ensino formal, da comunicação escrita, da literatura, da administração e dos média, o uso do português não só é mais frequente como também é muito mais representativo do que o da língua caboverdiana. A nível da oralidade, o emprego do português é pouco representativo, mesmo junto da elite cultural e económica. Ele restringe-se, muitas vezes, a situações de formalidade: entre pessoas desconhecidas ou de pouca familiaridade, quando se pretende exibir o nível cultural ou a superioridade da classe a que se pertence.

Mesmo somando todos os níveis de comunicação escrita e todas as situações de oralidade formal, a percentagem do uso do português não deve atingir a percentagem de 20% do quotidiano da elite cultural e económica que, como já dissemos, representa uma minoria no universo demográfico caboverdiano. Além disso, é preciso ter em conta que no seio da elite cultural e económica, o número dos que sabem fazer uso correcto do português não é elevado.

Ora, tendo o português o prestígio que tem, prestígio esse reconhecido por toda a população; ciente do seu valor instrumental e civilizacional; sabendo

ainda que se trata de uma língua com mais de cinco séculos de existência em Cabo Verde e que moldou uma parte do nosso ser e estar no mundo, é de se perguntar se o estatuto que actualmente tem é o que melhor nos convém. A resposta é negativa. O estatuto apenas formal do português é demasiadamente redutor. Urge a construção de um outro estatuto mais consentâneo com a história da Lp em Cabo Verde, com o seu valor civilizacional e o seu poder instrumental.

Tudo isto para dizer que o português é uma língua em construção em Cabo Verde. Tal construção significa: alargar o seu conhecimento efectivo à população; para além do estatuto oficial e formal que já tem, conferir-lhe o estatuto de língua de oralidade informal, em paridade com o caboverdiano. Por outras palavras, trata-se da assunção descomplexada do bilinguismo através de uma política linguística sem concorrência desleal, sem discriminação, sem tentativas glotofagistas, sem a prática da diglossia.

Se a Lp se encontra na fase de construção em Cabo Verde, o mesmo se pode dizer em relação à Lcv. Porém, trata-se de níveis diferentes de construção. Enquanto a Lp precisa de rigor pedagógico, alargamento do ensino formal e de implementação do estatuto informal, a Lcv precisa da implementação do ensino formal, do reconhecimento do estatuto oficial e alargamento do seu uso formal.

Em resumo, ao português que já é língua oficial e de situações formais de comunicação, torna-se necessário alargar o seu ensino e conferir-lhe o estatuto de língua veicular e do quotidiano informal, em paridade com a Lcv. Quanto à Lcv que já é língua veicular e do quotidiano informal, há que reconhecer-lhe o estatuto oficial em paridade com a Lp, reforçar o seu uso formal e implementar o seu ensino, do primário ao universitário.

Agindo deste modo, estaremos não só a assumir como também a construir um bilinguismo funcional em Cabo Verde. Tal política linguística é uma exigência da nossa história, da nossa cultura e da nossa identidade. Ninguém pode ignorar que tanto a Lp como a Lcv, embora de formas diferentes, corporizam a nossa história, enformam a nossa cultura e moldam o nosso modo de estar no mundo. A afirmação e a valorização dessas duas línguas, mais do que um dever cívico, é uma exigência cultural e uma necessidade ambiental.

Por isso, aqui fica o nosso apelo aos governantes, aos políticos, aos professores, aos escritores e artistas, aos tradicionalistas e à população em geral: assumamos, descomplexadamente, o bilinguismo caboverdiano. Façamos da Lcv e da Lp os veículos e os suportes complementares do nosso estar e do

nosso devir num mundo que se pretende cada vez mais global, mais integral e mais humano. No dizer de alguém⁶, que teve grandes responsabilidades na cena política caboverdiana, isto “(...)será uma revolução, mas valerá a pena, custe o que custar e (...) não custará muito porque as vantagens serão incomensuravelmente superiores aos custos.”

Notas

¹ António Carreira, *Cabo Verde—Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata*, (Lisboa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1972) 310.

² Idem 1, *Notícias Corográficas e Chronológicas do Bispado de Cabo Verde* (Praia: ICLD, 1985) 27.

³ Idem 1, *Ibidem* 131 (NB: conf.).

⁴ Idem, *Ibidem* 2.

⁵ Manuel Ferreira, *A Aventura Crioula* (Lisboa: Plátano Editora, 1973) 27-133.

⁶ Carlos Veiga, *A Semana* 394, 12 de Março de 1999.

Manuel Veiga é escritor e trabalha no Instituto Nacional de Investigação Cultural (Cabo Verde). Alguns artigos publicados: “A língua caboverdiana”, em *Africana*, número especial sobre Cabo Verde, Universidade Portucalense, 1993; “La Langue des îles,” em *Notre Librairie* 112, Paris, CLEF, 1993; “Morphosyntaxe des adjectifs dans le créole du Cap-Vert” em *Matériaux pour l'étude des classes grammaticales dans les langues créole* (ed. D. Véronique) Université d'Aix-en-Provence, 1996. Tem vários outros artigos publicados em revistas como: *Oceanos*, em Portugal; *Pen Internacional*, em Londres; *MI* do Museu Etnográfico de Rotterdam; *Fragmentos*, Cabo Verde; *Pré-Textos*, Cabo Verde; *Kultura*, Cabo Verde; *Cimboa*, Boston; e revista electrónica *Ciberkiosk*, Universidade de Coimbra.